

COLEÇÕES  
EM FOCO

PALÁCIOS  
NACIONAIS

SINTRA QUELUZ PENA

#03 / 2020

Hugo Xavier

Conservador do Palácio Nacional da Pena e do Palácio de Monserrate  
Parques de Sintra - Monte da Lua, S.A.

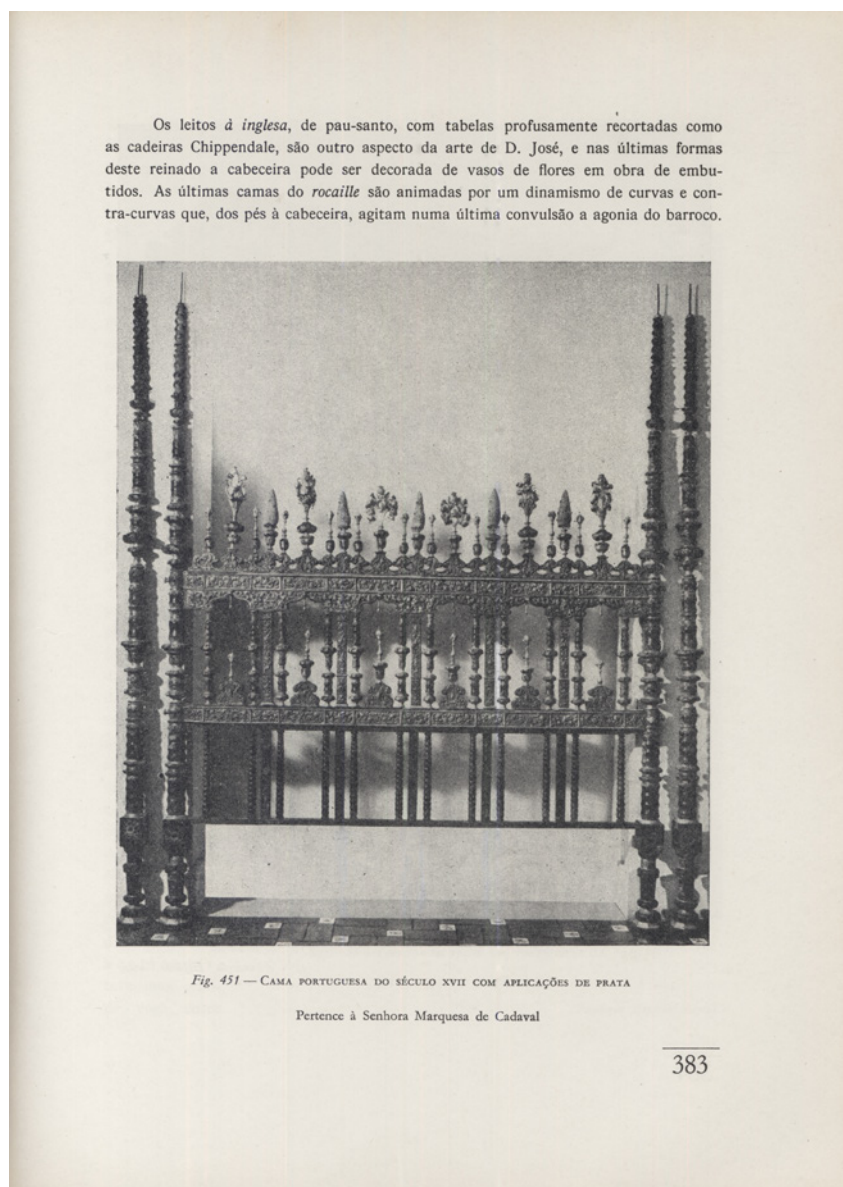
---

# COLEÇÕES PARTICULARES E MERCADO DE ARTE: O PERCURSO DO “LEITO CADAVAL”

Em 1953, no capítulo dedicado às artes decorativas dos séculos XVII e XVIII da *História da Arte em Portugal*, Reynaldo dos Santos divulgava um leito que permanecera até então inédito, não tendo sido objeto de referência em estudos anteriores, nem figurado em qualquer exposição da especialidade. Considerado pelo autor "um dos espécimens mais ricos que conhecemos" pela abundante presença de elementos em prata, o leito estava na posse da marquesa de Cadaval, Olga Maria Nicolis di Robilant Álvares Pereira de Melo (1900-1996), que autorizara a reprodução fotográfica do mesmo [fig. 1]<sup>1</sup>. Foi captado por Mário Novais [fig. 2], numa campanha realizada em janeiro daquele ano<sup>2</sup>, dedicada ao livro sobre ourivesaria portuguesa em coleções particulares que Reynaldo dos Santos publicará mais tarde com a mulher, Irene Quilhó, onde não chegou a figurar.<sup>3</sup>

Analisando a imagem, e através do pavimento em tijoleira com pequenos azulejos quadrados (lambrilhas), verificamos que se encontrava na Quinta da Piedade, em Colares (Sintra), propriedade restaurada pela marquesa e pelo marido, António Álvares Pereira de Melo (1894-1939), ao fixarem-se em Portugal a partir de 1929. Aquele antigo local de veraneio cuja construção havia sido afetada pelas invasões francesas, e que chegou a servir no início do século XX de mercado local, renasceu com as obras promovidas pelos marqueses, tornando-se na sua principal residência.<sup>4</sup>

Longo foi o exílio da família Cadaval, estabelecida durante duas gerações em França, consequência do triunfo do Liberalismo em 1834, deixando um vasto património sob administração dos servidores. Coube aos marqueses o fim deste afastamento, dando-se

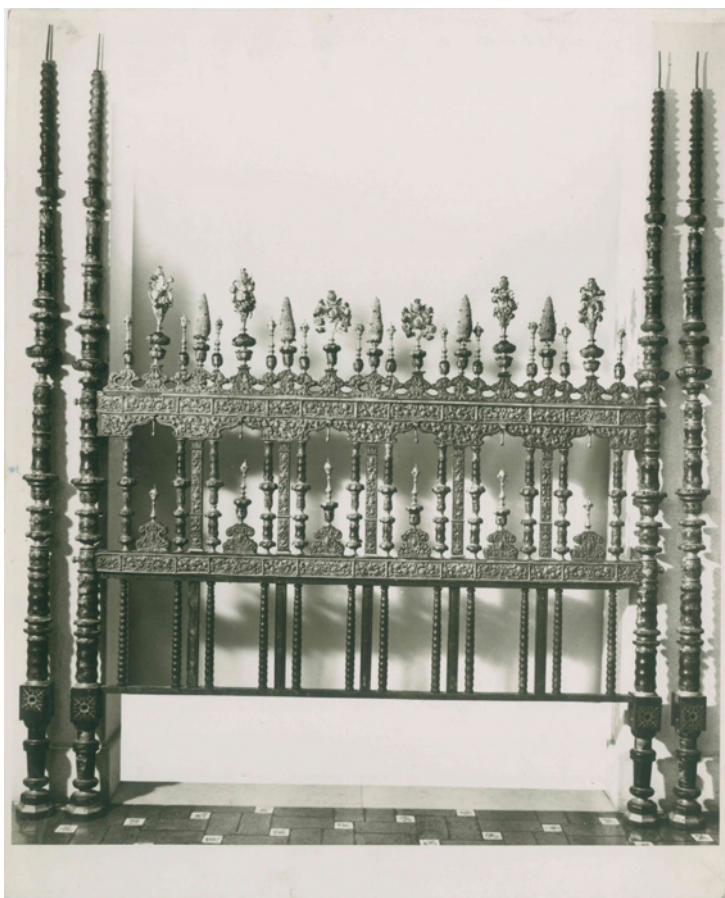


[fig. 1]

Folha de rosto e página com a reprodução do leito no volume III da *História da Arte em Portugal* (1953) de Reynaldo dos Santos.

Biblioteca do Palácio Nacional de Sintra

© PSML



[fig. 2]

**O leito e pormenor do mesmo,**  
fotografados em 1953 por Mário Novais.

Casa Reynaldo dos Santos e Irene Quilhó dos Santos  
Arquivo Fotográfico  
F-009288 e F-003524

© CMC – CRSIQS / Arquivo Fotográfico  
Cortesia da Câmara Municipal de Cascais





início à reorganização e revitalização da Casa que só em Sintra detinha pelo menos três quintas (Bela Vista, Capela e Piedade), sem esquecer as propriedades e palácios de Muge, Évora, Alvito (Água de Peixes), Benavente (Mata do Duque), Pedrouços, os prédios de rendimento em Lisboa, entre outros. Note-se que este gesto parte, não do chefe da Casa, Nuno Álvares Pereira de Melo (1888-1935), 9º duque, mas do seu irmão António, casado desde 1926 com Olga, membro de uma ilustre família da aristocracia italiana. Na qualidade de filho segundo de duque, António – e a mulher deste, por casamento – utilizaram o título de marqueses.

Conhecida pela sua atividade mecenática no meio musical, apoiando jovens talentos e promovendo a vinda a Portugal de reconhecidos músicos e compositores, a marquesa desempenhou também um papel importante enquanto gestora, sobretudo após 1939 com a morte do marido. Em virtude de partilhas efetuadas com a família na sequência da morte da sogra, Maria Graziella, em 1952, ficou à frente da herdade de Muge e das quintas de Sintra, locais onde vinham sendo reunidos alguns dos bens móveis daquela Casa.

Durante o prolongado exílio dos Cadaval, a grande maioria do seu património artístico e documental ficou concentrado na Quinta de Pedrouços, a principal residência da família desde que o terramoto de 1755 arruinou o seu palácio do Rossio, em Lisboa. Remontando a meados de Seiscentos, valorizada no século seguinte com a construção de um picadeiro, esta grande casa de campo seria alienada em 1939, para aí se instalar a Pousada Popular da *Exposição do Mundo Português*, ocorrida no ano seguinte<sup>5</sup>, obrigando à distribuição do seu recheio.

Numa longa crónica publicada em 1908, Carlos Malheiro Dias, referia-se àquela residência como "uma arrecadação de preciosidades, mais apropriada a um inventario do que a uma descrição", mencionando os retratos de família e demais pinturas de cavalete, concentrados em algumas salas, as tapeçarias e os tapetes, dobrados sobre as mesas, ou as porcelanas orientais e europeias, em particular as "enormes talhas da China, dignas de um palacio real, ali condemnadas á obscuridade"<sup>6</sup>. Não assinala o leito que agora nos ocupa, mas é provável que ali possa ter estado, junto aos "moveis, amontoados, [que] não permittiam ajuizar o que fôra, nos seus dias de esplendôr, a moradia de verão dos Cadavaes"<sup>7</sup>. Intacta, "com as

suas estantes e cadeiras de mogno em estylo Imperio", permanecia apenas a biblioteca que agregava o arquivo familiar, rico em documentação relativa ao Brasil, incluindo cartas do Padre António Vieira.

Virgínia Rau publicou em 1955 um estudo descritivo daquele núcleo documental, essencialmente resultante da atividade do 1º duque de Cadaval, Nuno Alvares Pereira de Melo (1638-1727) enquanto homem de Estado e senhor territorial. Na apresentação, fez notar o interesse demonstrado pela marquesa que, "por suas próprias mãos, limpou e arrumou todos os códices nas estantes de Muge, ao serem para aí transferidos da residência ancestral de Pedrouços"<sup>8</sup>. Prova da sua consciência patrimonial, foi a abertura demonstrada para com investigadores interessados no arquivo e coleções artísticas da Casa Cadaval, facilitando o acesso aos mesmos, situação que atualmente, e no caso da presente investigação, não se verificou, frustrando a possibilidade de indagarmos por registos documentais sobre o historial mais recuado do leito<sup>9</sup>. Mau grado essa contrariedade, e através do fundo do Tribunal da Boa Hora conservado na Torre do Tombo, foi possível a Celina Bastos identificar a peça no inventário dos bens deixados pelo 6º duque, Nuno Caetano (1799-1837), falecido no exílio em Paris<sup>10</sup>. Na relação das pratas deste extenso documento é mencionada "Huma Guarnição de cama constando a mesma de cypestres e ramos de flores", avaliada em 207\$200 réis, e com a indicação à margem de estar "vinculada", ou seja, integrada nos bens do morgadio, sendo à data inalienável e insuscetível de partilha por morte do titular, transmitindo-se nas mesmas condições ao filho primogénito<sup>11</sup>. Fica assim documentalmente provada a sua ligação ao património móvel daquela casa ducal.

Se Virgínia Rau dá conta da entrada em Muge da biblioteca e arquivo Cadaval, sabemos que outros bens assinalados por Malheiro Dias em Pedrouços foram remetidos para Sintra, como sucedeu com os retratos do 5º duque e da duquesa, pintados no início do século XIX por Domenico Pellegrini e colocados na Quinta da Piedade<sup>12</sup>. O leito deverá ter tido uma trajetória semelhante, o mesmo sucedendo com outros objetos do património familiar que terão ficado à guarda da marquesa, uma vez que os restantes parentes permaneciam no estrangeiro. Possibilitadas pela extinção dos morgadios (1863), as partilhas atrás mencionadas, tal como a eventual necessidade de liquidez financeira, estarão na origem da alienação daquela peça de mobiliário que, pelas suas características sumptuárias, se revelaria de difícil utilização prática.



[fig. 3]

**Serviço de toilette da duquesa de Cadaval**

Sébastien Igonet, Antoine LeBrun, Alexis Loir III, Etienne Pollet.  
Entre 1738 e 1739. Prata, espelho, veludo de seda, cerdas.

Detroit Institute of Arts  
Founders Society Purchase, Elizabeth Parke Firestone Collection of Early French Silver Fund  
53.177-.192  
Museum Purchase, Jill Ford Murray Fund, 2012.73.

Cortesia do Museu

A fotografia publicada por Reynaldo dos Santos em 1953, pouco antes da sua venda, mostra-a aliás desmontada e encostada a uma parede, dando a entender não estar a uso.

Seguramente pelas mesmas razões, outras peças relevantes do património artístico da Casa Cadaval passaram no século XX a diferentes mãos, merecendo destaque o serviço de toilette em prata do ourives francês Etienne Pollet, encomendado em 1738-39 para a 3ª duquesa, Henriqueta de Lorena, e também "vinculado" no inventário já referido<sup>13</sup> [fig. 3]. Vendido em 1931 pelo 9º duque ao negociante Jacques Helft, encontra-se hoje no Detroit Institute of Arts<sup>14</sup>, motivo pelo qual não integrou o conjunto de objetos cedidos pela família para a *Exposição de Arte Francesa* organizada em 1934 no Museu Nacional de Arte Antiga<sup>15</sup>. Figuraram nesse certame, entre outras obras, um par de terrinas em prata de Robert-Joseph



[fig. 4]

**Teliz (de um par) com as armas da Casa Cadaval**

Veludo com aplicações em prata. Portugal, cerca de 1730.

Museu de Artes Decorativas Portuguesas

Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva

Inv. 30

© FRESS | Cortesia do MADP

Auguste, posteriormente também alienadas<sup>16</sup>, e as quatro telas de Pierre Antoine Quillard representando *fêtes galantes* e cenas de género, ainda na posse dos atuais descendentes<sup>17</sup>, tal como o retrato equestre do 3º duque, conservado em Évora, cuja atribuição tem oscilado entre Duprà e Quillard.<sup>18</sup>

Deve de igual modo ser aqui mencionado o par de telizes em veludo verde e aplicações em prata com as armas ducais, provavelmente utilizados em 1738 nas touradas organizadas para assinalar o 20º aniversário da princesa do Brasil, D. Mariana Victória<sup>19</sup>, e que podem ser vistos hoje no Museu de Artes Decorativas Portuguesas da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva [fig. 4]<sup>20</sup>. O "leito Cadaval" enquadra-se nesta dinâmica de dispersão do património móvel de uma das principais



Casas da aristocracia portuguesa do Antigo Regime. O seu percurso por outras coleções particulares e pelo mercado de arte, em boa hora interrompido com a sua aquisição para o Palácio Nacional de Sintra, em dezembro de 2016, será em seguida objeto da nossa atenção.

## **A coleção Athayde e o "leito Cadaval"**

Entre os colecionadores portugueses de meados do século XX, o nome de Augusto de Athayde (1912-1965) não é decerto dos mais recordados, porventura devido às atribulações da sua atividade empresarial e vida pessoal que tornaram efémera a coleção reunida. Nascido na ilha de São Miguel, no seio de uma tradicional família açoriana, desenvolveu desde cedo frenéticas atividades negociais – do arroteamento de terras à banca, passando pela indústria de moagem, navegação de cabotagem, etc. – que o tornaram num dos homens mais ricos do arquipélago.<sup>21</sup>

Procurando estabelecer-se em Lisboa, e no intuito de encontrar um local adequado para as obras de arte e antiguidades que vinha adquirindo<sup>22</sup>, alugou em 1943 parte importante do Palácio Quintela-Farrobo, na rua do Alecrim, após prospeção de outros palácios disponíveis na capital. Com a sua escadaria monumental e amplos salões com pinturas murais, aquela residência tornou-se, graças ao talento de Augusto para a decoração, numa das mais opulentas da época, alvo constante da curiosidade lisboeta como revela a mulher do colecionador nas suas memórias.<sup>23</sup>

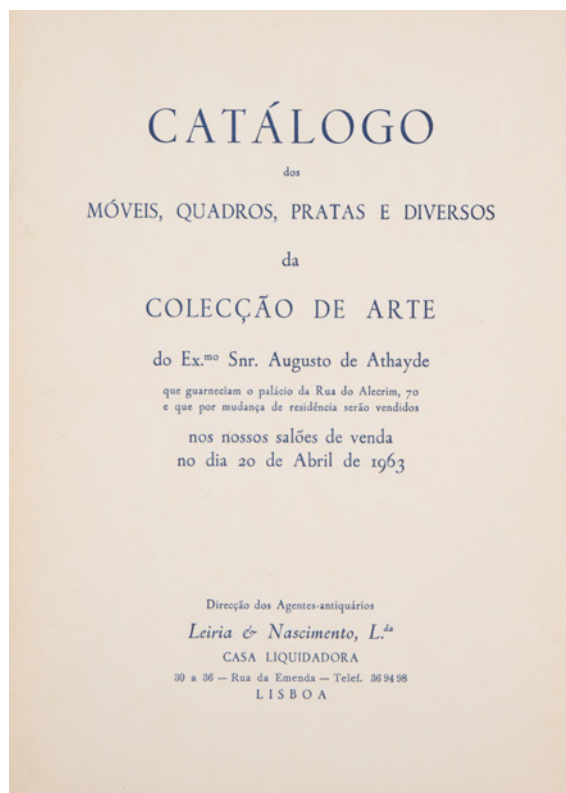
Maria da Graça de Athayde (1906-2001) recorda a entrada do leito na coleção, por volta de 1954, vendido ao marido pela antiquária Elena Hortega que o terá adquirido diretamente à família Cadaval ou servido de intermediária. Conhecida no meio por "Madame Hortega", esta mulher de espírito empreendedor (começou como modista de chapéus), oriunda do País Basco, fixou-se em Lisboa com a Guerra Civil Espanhola, tornando-se numa figura destacada do mercado de arte nacional.<sup>24</sup>

Entusiasmado com a compra do que dizia ser uma "cama de museu", Augusto pretendeu oferecê-la à mulher que, ao vê-la numa oficina de restauro, não teve a melhor reação, recusando-a. "Odiei-a! Era um monumento! Tão larga quanto

comprida (quase 3 metros) no género das camas de bilros do século XVII, mas sobrecarregada de ornatos, carrancas, e, nos cantos pinhas, tudo de prata, que o tempo 'patinara'. Era realmente um objeto raro e digno de museu, mas..."<sup>25</sup>. Atendendo ao empenho do marido, e ao ser confrontada com o leito montado no seu quarto, acabou por vencer a resistência inicial, passando a dormir no mesmo. Consta que essa rejeição seria partilhada por algumas pessoas próximas da família, a quem o leito parecia "um daqueles antigos carros de enterro, puxados por cavalos, com plumas nos cantos" e até mesmo por conhecedores como João Filipe da Silva Nascimento, proprietário da leiloeira Leiria & Nascimento, que terá dito: "Venda essa cama Sr. Athayde! Tem muita prata, mas eu não gosto dela!"<sup>26</sup>. Tal afirmação não pode deixar de suscitar estranheza, vinda de quem publicara anos antes (1950) um estudo de referência sobre leitos portugueses, mostrando-se consciente da especificidade daquele tipo de peças com prata lavrada, apenas conhecidas à data por fontes documentais.<sup>27</sup>

Orgulhoso com a aquisição, Augusto de Athayde mostrava-a aos seus convidados, levando-os em romaria ao quarto da mulher. Perante os comentários negativos, e seguindo o relato desta última, teria afirmado: "Não sei que aversão geral é esta! A cama é 'única'! Pertencia aos Duques de Cadaval, e até fiquei surpreendido de a comprar desarmada e encaixotada. Não estava a uso, talvez por ser espetacular demais para qualquer casa!"<sup>28</sup>

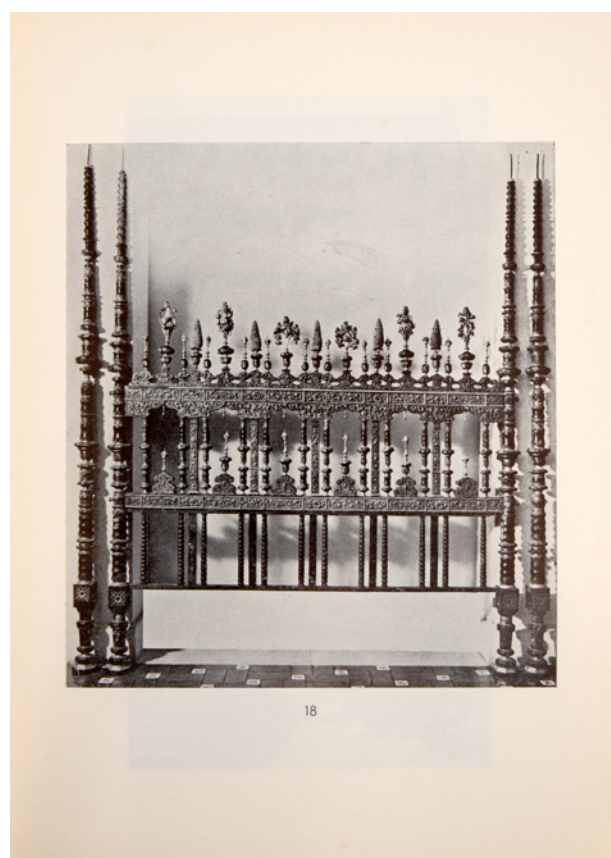
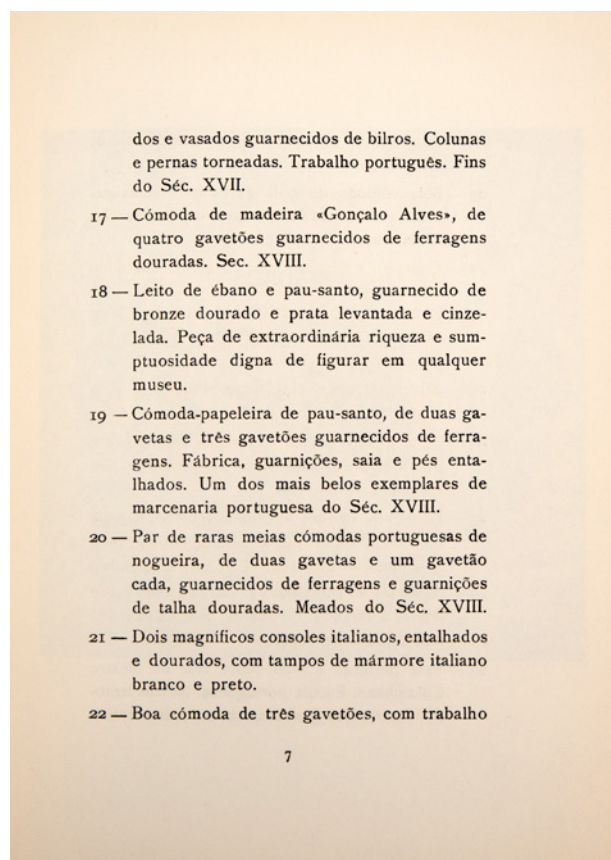
A fortuna que lhe permitiu fazer compras como esta, começou a diminuir no final da década de 1950, em larga medida devido à vida boémia que levava, negligenciando a gestão dos negócios<sup>29</sup>. Endividado, viu-se obrigado a vender diretamente algumas das obras de arte reunidas, bem como a alienar em hasta pública o que restava do recheio, entretanto penhorado pelos credores, do palácio da Rua do Alecrim, edifício que, por ironia, conhecera já a ruína de outros antigos ocupantes. Em 1963, a família Athayde deixou de habitar o palácio e a Leiria & Nascimento ocupou-se do leilão. Ilustrado no catálogo com a mesma imagem publicada dez anos antes por Reynaldo dos Santos [fig. 5], o leito surge-nos na secção dedicada aos móveis, com o n.º 18, descrito como sendo peça "de extraordinária riqueza e sumptuosidade, digna de figurar em qualquer museu"<sup>30</sup>. Rivalizava em atenção com outros lotes, como uma baixela em prata da Casa Odier, adquirida pelo colecionador ao conde de Paris<sup>31</sup>, sete painéis com cenas de dança pintados em 1891 por Columbano Bordalo Pinheiro para o Palácio Valenças de



[fig. 5]

Folha de rosto do catálogo do leilão da coleção Athayde (1963), página que descreve o lote número 18 e página com fotografia de Mário Novais.

Coleção particular



Lisboa<sup>32</sup>, ou um imponente relógio musical (músicas de Handel) contruído no século XVIII pelo inglês Charles Clay<sup>33</sup>.

Entre os compradores da almoeda destacou-se a Fundação Calouste Gulbenkian que ocupava o Palácio Pombal, em Oeiras, escolhido para expor a notável coleção reunida pelo multimilionário arménio, enquanto decorria a construção do edifício da sede e museu na Avenida de Berna, em Lisboa. Pensando na musealização futura daquele palácio, adquiriu duas grandes tapeçarias de Bruxelas e várias peças de mobiliário, entre as quais dois leitos portugueses em pau-santo dos séculos XVII e XVIII<sup>34</sup>. De fora ficou o "leito Cadaval" que não encontrou aliás comprador, talvez – e em último caso – por ter começado a suscitar desconfiança entre o antiquariato de Lisboa, dado uma história então veiculada.

Regressando às memórias de Maria da Graça de Athayde, antes do leilão teria sido revelado a Augusto por João Nascimento um "segredo" que depressa deixou de o ser e que estará na base do repúdio que alegadamente tinha pela peça: "Aquele era a cama mortuária da família ducal! Só se armava para deitar e expor os mortos durante os velórios!". A presença de elementos em prata em forma de ciprestes contribuía para esta narrativa, alimentada pelos mascarões em relevo, tidos como "imagens de desespero, máscaras de tragédia, carpideiras chorando sobre o cadáver do Duque ou de parentes próximos".<sup>35</sup>

Desconhecemos se esta teoria foi transmitida pela última geração da família Cadaval que possuiu o leito (e se tal terá contribuído para a sua venda) ou se nasceu à posteriori, devendo-se a sua divulgação, aparentemente, a João Filipe da Silva Nascimento, autor de *Leitos e camilhas portuguesas*. O pormenorizado relato das cerimónias fúnebres do 1º duque, D. Nuno Álvares Pereira de Melo, falecido na Quinta de Pedrouços, em 1727, afasta o uso de qualquer peça com essas características, mencionando antes a existência de "huma eça decorosamente concertada", instalada ao centro de uma grande sala armada com telas pretas. Após ter sido embalsamado por dois cirurgiões do Exército, "uzo que se pratica com pessoas daquela grandeza", foi o corpo colocado "em hum caixaão de madeira, em que havia outro de chumbo", estando vestido com o hábito de São Francisco e com o manto da Ordem Militar de Cristo, de que era comendador. Ordenou então o filho e



segundo duque, D. Jaime, que "fosse o corpo levado para a eça, e pegàraõ no caixaõ os Religiosos Arrabidos do Convento de São Pedro de Alcantara, e cantàraõ as Matinas dos Defuntos, demonstraçã, que não fazem com pessoa alguma".<sup>36</sup>

Os rituais fúnebres daquele que era considerado no primeiro quartel do século XVIII a principal figura da nobreza do reino, não revelam, portanto, o uso de qualquer leito, desconhecendo-se se o mesmo terá ocorrido com os seus descendentes. De refutar parece-nos a teoria de que uma peça deste tipo tivesse sido concebida especificamente para fins funerários como fizera querer Silva Nascimento por ocasião do leilão de 1963. Na realidade, e como refere Celina Bastos em capítulo incluído nesta publicação, estamos perante um leito de aparato, se não mesmo um leito de Estado, detentor de um significado muito próprio na cultura material daquela época, podendo o seu uso ser associado a práticas nupciais, parturiais e até fúnebres ou somente de representação.

## Rumo ao Norte

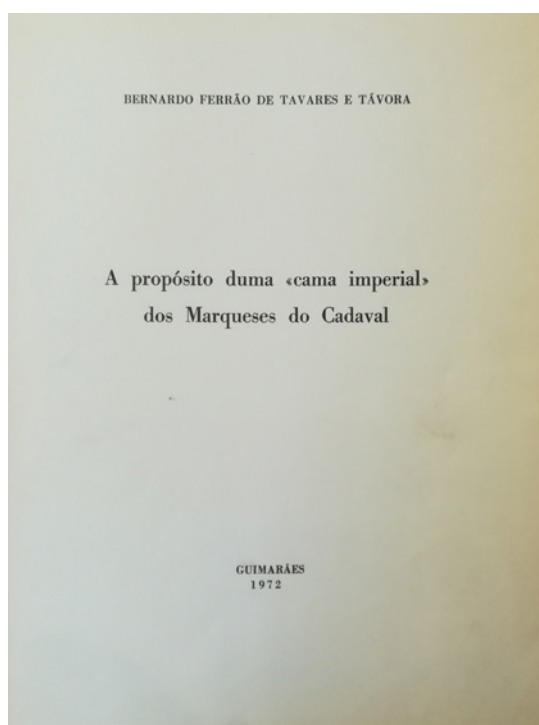
Devemos a Bernardo Ferrão de Tavares e Távora (1913-1982), reconhecido estudioso no domínio do mobiliário português<sup>37</sup>, as informações basilares acerca do percurso posterior do "leito Cadaval", objeto de um artigo publicado pelo próprio em 1972 [fig. 6]. Refere que numa tarde de domingo de 1963, na companhia de um conhecido antiquário do Porto cujo nome não revela, mas que sabemos tratar-se de António Lencastre (1917-1976), seu amigo, se deslocaram à Póvoa de Varzim, em busca de antiguidades<sup>38</sup>. Foi ali, no "desarrumado armazém do então mais notável, quanto mais extravagante, fornecedor dos mercados do Norte (e até do Sul)", não identificado também, mas correspondente a Joaquim Carneiro, mais conhecido por "Carneiro da Póvoa", que se depararam inesperadamente com o leito<sup>39</sup>. Aquele homem de origens modestas, envolto em várias histórias anedóticas que alguns contemporâneos ainda recordam<sup>40</sup>, começara a vida a vender louça corrente em feiras, tornando-se com o passar dos anos num nome incontornável do mercado de antiguidades nortenho<sup>41</sup>. Detentor de uma boa rede de contactos, visitado com frequência por clientes com poder de compra, pelas suas mãos passaram várias peças de exceção de que o leito é exemplo. De acordo com Bernardo Ferrão, fora obtido "por via de trocas, a uma

das mais antigas e conhecidas agências de leilões lisboeta, que o retirara de praça recente, por nesta não ultrapassar poucas dezenas de contos"<sup>42</sup>. Dado o desinteresse do público comprador de Lisboa, teria assim a Leiria & Nascimento fechado negócio com Joaquim Carneiro que, indiferente ou desconhecedor de qualquer teoria quanto ao pretenso uso funerário do leito, o fez transportar para a Póvoa de Varzim.

Bernardo Ferrão recorda ter ficado "siderado" perante a peça que lhe tinha sido dada a ver: "por fértil que fosse de imaginação, nunca supusera que, em dias da minha vida, pudesse deparar-se-me à venda qualquer das 'camas imperiais' (como era aquela) de que tinha conhecimento puramente bibliográfico"<sup>43</sup>. Recomenda de imediato ao seu amigo a aquisição da mesma, o que este fez "um tanto perplexo pelo montante, então elevado, do seu preço", levando-a para o Porto<sup>44</sup>. Rapidamente a identificou também como sendo a que pertencera à marquesa Olga de Cadaval e reproduzida em 1953 por Reynaldo dos Santos.

Apresentada por António Lencastre na secção de antiquários da *Exposição de arte ornamental de Braga*, ocorrida em 1965<sup>45</sup>, exposta no salão do seu estabelecimento, no n.º 1059 da Avenida da Boavista, aí foi fotografada pelo historiador da arte norte-americano Robert Smith que disponibilizou as imagens a Bernardo Ferrão para ilustrar o seu artigo [fig. 7]. Naquele local permaneceu por seis anos, "vista por dezenas de peritos e centenas de curiosos e colecionadores, oferecida a museus, palácios nacionais, fundações e a compradores endinheirados". Não chegou a interessar nenhum deles, "mau grado ter preço inicial perfeitamente compatível com a sua raridade e riqueza e nem mereceu a graça do arrolamento pelas entidades responsáveis pela defesa do nosso património artístico".<sup>46</sup>

Receando ver a peça classificada pelo Estado, o que constituiria um entrave à sua exportação caso alguém do estrangeiro a pretendesse adquirir, António Lencastre dava como iminente, em 1969, a sua partida para Londres, alegando que uma conhecida leiloeira daquela capital se interessara pela sua venda, por preço convidativo. Não figurou por isso na *Exposição de ambientes portugueses dos séculos XVI a XIX*, organizada naquele ano no Museu Nacional de Soares dos Reis, com grande pena do presidente da comissão executiva, Bernardo Ferrão, que chegou a projetar a sua inclusão.<sup>47</sup>



[fig. 6]

Capa do artigo publicado por Bernardo Ferrão em 1972. Separata da Revista "Gil Vicente".

Coleção particular

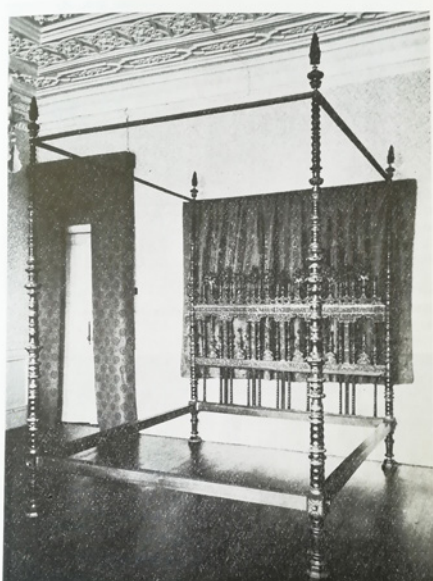


Fig. 1 — «Cama imperial» dos Marqueses do Cadaval; aspecto de conjunto. Móvel de ébano com aplicações de bronze, marchetado de chapa de prata repuxada e lavrada e decorado com ramalhetes deste metal. Trabalho híbrido, possivelmente executado por artífices indianos na metrópole ou portugueses na Índia. Segunda metade do séc. XVII ou primeiro quartel do XVIII.

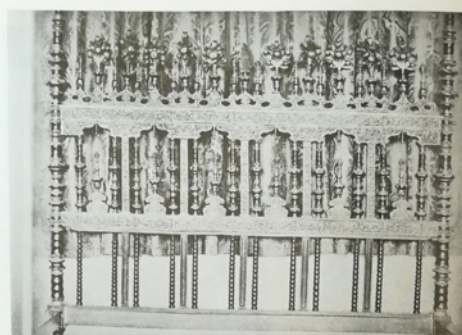


Fig. 2 — Aspecto geral da estrutura do espaldar.



Fig. 3 — Pormenor de um vão entre duas triades de balaústres do andar superior do espaldar.



Fig. 4 — Pormenor de um dos conjuntos de urna com ramalhete ladeado por dois biltros, no remate superior do espaldar.

[fig. 7]

Páginas do artigo de Bernardo Ferrão (1972), ilustradas com fotografias de Robert Smith, captadas no salão do estabelecimento de António Lencastre na Avenida da Boavista, Porto, cerca de 1964-1968.

A suposta partida do leito para Londres, lamentada e dada como certa em 1970 por outro estudioso do nosso mobiliário, Arthur de Sandão<sup>48</sup>, não chegou, todavia, a ocorrer, tratando-se de uma "manobra de diversão" com vista a que não fosse arrolado pelo Estado português. Segundo conseguimos apurar, ficou então guardado na rua de D. Hugo, junto à Sé do Porto, no estabelecimento de outro influente antiquário do Norte, Jerónimo Portocarrero Baganha<sup>49</sup>. Bernardo Ferrão estaria, à partida, ao corrente deste estratagema dada a sua proximidade ao proprietário e experiência nos meandros do mercado de antiguidades. No artigo sobre o leito, após deter-se na sua descrição, análise estilística e classificação<sup>50</sup>, manifesta o "veemente desejo de ver reintegrado no património nacional este tão raro como precioso móvel", sugerindo, enquanto orgulhoso vimaranense, a sua entrada nas coleções do Paço dos Duques de Bragança daquela cidade. A não ser possível, acreditava que o Círculo Dr. José de Figueiredo, sediado no Porto, "poderia interessar um grupo de capitalistas e banqueiros dessa cidade no mecenato da sua oferta ao Museu Nacional de Soares dos Reis, onde não sobra mobiliário seiscentista português de tal categoria"<sup>51</sup>. Tais aspirações não tiveram qualquer consequência e o destino do leito ficou por mais alguns anos em suspenso. Na realidade, só no final da década de 1970, a filha de António Lencastre, Isabel, também antiquária, o venderá por sugestão da decoradora Ju Távora ao banqueiro Álvaro Costa Leite, instalando-o, após intervenção de restauro, na residência familiar de Vale de Cambra<sup>52</sup>. Aí permaneceu até 1999, ano em que os antiquários Pedro Aguiar Branco e José Jordão Felgueiras o adquiriram em conjunto, dando início a um novo capítulo no seu já sinuoso percurso.

## Regresso ao Sul

Em 2000, na Bienal de Antiguidades organizada na Feira Internacional de Lisboa (FIL) pela Associação Portuguesa de Antiquários, o "leito Cadaval" fez a sua reaparição no stand da V.O.C. Antiguidades de Pedro Aguiar Branco. Destacando-se na atmosfera escura daquele espaço, "vestido" com uma colcha indo-portuguesa e tendo como pano de fundo uma tapeçaria de Bruxelas, não passou indiferente a todos os que, como o autor destas linhas, tiveram oportunidade de o ver naquela ocasião.



Num artigo publicado na revista *Arte Ibérica* [fig. 8], Anísio Franco deteve-se na que considerou ser a "peça mais magnífica de toda a feira", retomando alguns dados sobre o seu historial e relevância no contexto do mobiliário português, coligidos em parte no estudo anterior de Bernardo Ferrão. Tal como este último, sugeriu "unir esforços para a imediata aquisição desta inigualável obra de arte, que não deverá voltar a passar fronteiras do nosso país", numa alusão à sua alegada permanência no estrangeiro, facto tido ainda como certo<sup>53</sup>. Mais uma vez, nada de concreto se registou e só em 2003, por iniciativa de Pedro Aguiar Branco, será proposta ao então Instituto Português de Museus a sua aquisição<sup>54</sup>. Na sequência de um parecer solicitado ao Museu Nacional de Arte Antiga que atestou a relevância patrimonial da peça e recomendou a sua integração num palácio nacional, o processo passou para a alçada do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, responsável à data pela tutela dos palácios.<sup>55</sup>

Entendeu aquela entidade que o Palácio Nacional de Sintra seria o local adequado para acolher o leito, não só por possuir salas com escala para as suas imponentes dimensões, mas também pelo facto do acervo daquele edifício se balizar essencialmente entre os séculos XVI e XVIII. Mau grado o empenho manifestado pela diretora do Palácio, Inês Ferro, que chegou a propor apoio mecenático<sup>56</sup>, não foi então possível dispor de meios financeiros para a sua compra, facto comunicado ao antiquário em 2004.<sup>57</sup>

Decorridos 12 anos, e já sob a gestão da empresa Parques de Sintra - Monte da Lua, S. A., foi retomado o processo negocial que se traduziu, finalmente, na aquisição do leito, armazenado e desmontado durante todo este período, aguardando o destino que há muito vinha sendo reivindicado e parecia a todos consensual. No decurso do processo de compra, e por indicação de Bruno Martinho, atualmente conservador do Palácio Nacional de Sintra, tomou-se conhecimento de uma informação da maior relevância ignorada por todos os que se haviam ocupado sobre a peça (e sobre o mobiliário português em geral): a existência em Espanha de outro leito com bastantes afinidades, na Basílica de Santa Maria de Elche, aí conservado desde 1753 e proveniente de outra grande Casa da aristocracia portuguesa, a dos duques de Aveiro. A sua identificação, para além de se traduzir no enriquecimento do *corpus* do mobiliário nacional daquele período, veio reforçar o cariz excecional deste tipo de objetos e possibilitar estudos comparativos.



[fig. 8]

**Vista do stand da V.O.C. Antiguidades na Bienal de Antiguidades da Feira Internacional de Lisboa, em 2000.**

Fotografia publicada na revista Arte Ibérica, nº 35, edição de maio.

Coleção particular

Ultimamente objeto de um detalhado processo de conservação e restauro, o "leito Cadaval" tem vindo de igual modo a ser alvo de investigações várias no domínio da história da arte, condensadas na iniciativa editorial que a todos agora se disponibiliza, na sequência da apresentação pública do mesmo no Palácio Nacional de Sintra. Julgamos não haver melhor forma de assinalar a sua entrada nas coleções nacionais e o seu regresso a Sintra, de onde partiu há 67 anos para a viagem que aqui se procurou reconstituir.

## NOTAS

- 1 Santos, 1953: 381 e 383.
- 2 O Arquivo da Casa Reynaldo dos Santos Irene Quilhó dos Santos (Cascais), conserva algumas provas originais desta campanha, assim como documentação associada que comprova ter decorrido em janeiro de 1953. Agradecemos a Assunção Júdice, responsável pela Casa Reynaldo dos Santos Irene Quilhó dos Santos, o acesso a esta documentação e fotografias.
- 3 Santos e Quilhó, 1959 e 1960, respetivamente.
- 4 Stoop, 1999: 272-273.
- 5 Silva e Seixas, 2009: 95-99.
- 6 Dias, [sem data]: 18.
- 7 Dias, [sem data]: 18.
- 8 Rau e Silva, 1955: VIII.
- 9 Os repetidos contactos efetuados desde outubro de 2018 com a condessa Teresa Schönbörn, proprietária do arquivo-biblioteca da Casa Cadaval, tal como com o seu bibliotecário, Professor Diogo Ramada Curto, não tiveram qualquer consequência positiva a este respeito.
- 10 Agradecemos a Celina Bastos a localização deste documento que permanecia inédito. Deve-se à mesma investigadora a identificação da descrição do leito que gentilmente partilhou.
- 11 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Tribunal da Boa Hora, 6ª vara - 3ª secção, processo 54, cx. 1, n.º 1, *Inventário dos bens q. ficarão por falecimento do Ex.mo Duque do Cadaval D. Nuno Caetano Alveres Pereira de Melo. Inventariante a Duquesa Viúva. Órfãos Belem. 1851/1854*, fl. 519v e 520, verba 3127.
- 12 Veja-se a fotografia publicada por Stoop, 1999: 273.
- 13 ANTT, Fundo Cível Antigo de Lisboa, 6ª vara – 3ª secção, proc. 54, cx. 1, n.º 1, fol. 516 v., verba 3113.
- 14 Detroit Institute of Arts, accession number: V2014.6
- 15 *Catálogo da exposição de obras de arte francesas existentes em Portugal*, 1934. O volume de 1934, focado na ourivesaria do século XVIII, apresenta uma introdução de José de Figueiredo. Só em 1939 foi editado um segundo volume, abarcando as coleções de pintura, miniatura, iluminura, escultura em marfim, ourivesaria sacra, torêutica, esmaltes, tapeçaria, mobiliário, etc.
- 16 Uma surgiu em 1997 na leiloeira Silva's, integrada na coleção do médico Juvenal Esteves a quem terá sido oferecida pela marquesa de Cadaval. Veja-se *Rara e importante coleção particular Prof. Doutor Juvenal Esteves*, lote 163. A segunda em 2014, na Bonham's de Londres, com a indicação de ter sido anteriormente alienada (Christie's, 1972) por um neto do 8º duque, o conde Brandolini. Veja-se *Fine silver, gold and boxes, 18 June 2014*, lote 152. Agradecemos a Henrique Correia Braga estas referências bibliográficas.
- 17 *Joanni V Magnifico: a pintura em Portugal ao tempo de D. João V 1706-1750*, 1994: 278-284.
- 18 Pimentel, 2008: 144-145.
- 19 Autor não identificado [entrada de catálogo, *Triunfo do Barroco*], 1993: 182-184.
- 20 Museu de Artes Decorativas Portuguesas – Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, inv. 30 e 93.
- 21 Ataíde, 2006: 38 e 300.
- 22 De acordo com as memórias do filho, na década de 1940, Augusto de Athayde "parecia, mais do que nunca, interessado por antiguidades. Assinava revistas, lia livros incontáveis. Andava por antiquários e era, a partir de certa altura, um 'entendido' particularmente informado sobre mobiliário português dos séculos XVII e XVIII". Ataíde, 2006: 133.
- 23 "O pior é que a nossa casa, tão bonita, se tornara numa espécie de 'curiosidade' e, levada por estes e por aqueles (não os citarei) muita gente lá entrou". Athayde, 1986: 199.
- 24 Mântua, 2014: 73-74.
- 25 Athayde, 1986: 236.
- 26 Athayde, 1986: 237.
- 27 "Na falta de exemplares de excepcional valor sumptuário temos de nos contentar com as notícias que confirmam a sua existência [...]". Neste contexto, divulga um manuscrito que se encontrava na posse do visconde da Lagoa e que relata o batizado do príncipe D. João, futuro D. João V, em 1689, descrevendo-se um leito ou camilha com "quatro balaustres de pao de evano retorsidos todos cubertos de folhagens de prata". Nascimento, 1950: 44-45.

- 28 Athayde, 1986: 237.
- 29 Ataíde, 2006: 300.
- 30 *Catálogo dos móveis, quadros, pratas e diversos da coleção de arte do Exmo. Sr. Augusto de Athayde que guarneciam o palácio da Rua do Alecrim, 70 e que por mudança de residência serão vendidos nos nossos salões de venda no dia 20 de abril de 1963*: 7.
- 31 Maranhas, 2019: 193.
- 32 Seis destas destes painéis regressaram ao mercado nacional em 2014, na leiloeira Veritas. Veja-se *Antiguidades e obras de arte, pratas e joias*, 2014: 180-181 (lote 278).
- 33 Este importante relógio que pertenceu anteriormente às coleções Braamcamp, infanta Isabel Maria e Carvalho Monteiro, regressou ao mercado leiloeiro em 2016, na Sotheby's. Veja-se *Robert de Balkany, Rue de Varenne, Paris*, 2016, lote 120. Foi arrematado por 867.000 euros.
- 34 A musealização do Palácio Pombal não chegou a ocorrer e os objetos adquiridos permaneceram durante décadas nas reservas do Museu Calouste Gulbenkian. Em 2008, ao abrigo de um protocolo celebrado com o então Instituto dos Museus e da Conservação, foram depositados entre o Museu Nacional de Arte Antiga e o Museu Nacional de Soares dos Reis. Agradecemos a Nuno Vassalo e Silva, Diretor-adjunto do Museu Calouste Gulbenkian, estas informações.
- 35 Acrescento a este respeito o espirituoso comentário da mulher do colecionador: "Até gosto de pensar que lá dormi nove anos. Fui a única pessoa que teve a sorte (se o foi?) de acordar naquela cama!". Athayde, 1986: 237.
- 36 Cadaval, 1730: 48-49.
- 37 Autor de uma obra fundamental sobre mobiliário português, publicada postumamente em quatro volumes (Lello & Irmão editores, 1990). Deixou ainda importantes trabalhos nos domínios da cerâmica portuguesa, escultura flamenga e arte indo-portuguesa.
- 38 Távora, 1972. Agradecemos esta informação a José Jordão Felgueiras que nos facultou uma separata do artigo com dedicatória do autor a António Lencastre, a quem chama o "protagonista desta história". Távora, 1972.
- 39 Távora, 1972: 9.
- 40 Destacamos os antiquários Ilídio Cruz e Joaquim Coelho a quem agradecemos as informações prestadas.
- 41 Sobre Joaquim Carneiro, veja-se Franco, 2015: 76-79.
- 42 Távora, 1972: 9.
- 43 Távora, 1972: 9. A designação de "Cama Imperial", seguida pelo autor, surge em alguma documentação do século XVIII, nomeadamente no *Inventário e sequestro da Casa de Aveiro em 1759*. Guerra, 1952.
- 44 Távora, 1972: 10.
- 45 *Exposição de arte ornamental de Braga em 1965*, 1966. Não surge ilustrado neste catálogo que apenas se circunscreve às obras cedidas pelos emprestadores.
- 46 Távora, 1972: 10.
- 47 *Exposição de ambientes portugueses dos séculos XVI a XIX*, 1969.
- 48 "A mesma confrangedora indiferença se verificou com a cama do século XVII que pertencera aos marqueses de Cadaval [...] [móvel] vendido, depois de sucessivas transações entre antiquários portugueses, para Londres [...]". Sandão, 1970: 8-9.
- 49 Agradecemos a José Jordão Felgueiras esta informação.
- 50 Lança a hipótese de se tratar de um trabalho luso-indiano: "Será, pois, o leito uma das faladas peças executadas no país por artesãos indianos 'separados do seu meio social e tradição de casta' ou por artífices portugueses trabalhando em Goa ou qualquer das cidades sujeitas ao nosso domínio, até Malaca? Não estamos, ainda, preparados para oferecer uma resposta correta". Távora, 1972: 21.
- 51 Távora, 1972: 24.
- 52 O restauro foi realizado por António Carvalho. Agradecemos a José Jordão Felgueiras estas informações.
- 53 Franco, 2000: 39
- 54 Arquivo do Palácio Nacional de Sintra (PNS), cópia da carta datada de 14 de maio de 2003.
- 55 Arquivo do PNS, cópia do parecer de Conceição Borges de Sousa, conservadora de mobiliário do Museu Nacional de Arte Antiga, datado de 25 de julho de 2003.
- 56 Arquivo do PNS, parecer de Inês Ferro datado de 3 de outubro de 2003.
- 57 Arquivo do PNS, cópia da carta de Inês Ferro datada de 8 de julho de 2004.



## FONTES IMPRESSAS E BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, João Rosa de (1966): *Exposição de arte ornamental de Braga em 1965*, Braga, Oficinas Gráficas da Livraria Cruz.

ATHÁIDE, Augusto (2006): *Percurso solitário*, Lisboa, Bertrand.

ATHAYDE, Maria da Graça de (1986): *Uma vida qualquer II. Portos Temporal e Ancoras*, Braga, Pax.

CADAVAL, D. Jaime, duque de (1730): *Últimas ações do duque D. Nuno Alvares Pereira de Mello*, Lisboa, Of. da Música.

DIAS, Carlos Malheiro [s. d.]: *Em redor de um grande drama: subsídios para uma História da Sociedade Portuguesa (1908-1911)*, Lisboa, Aillaud & Bertrand - Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves.

FERRÃO, Bernardo (coord.) (1969): *Exposição de ambientes portugueses dos séculos XVI a XIX* [catálogo de exposição], Porto, Comissão Distrital do Porto do Movimento Nacional Feminino. Porto: Museu Nacional de Soares dos Reis, de 24 de maio a 15 de junho.

FIGUEIREDO, José de (1934): *Catálogo da exposição de obras de arte francesas existentes em Portugal*, Lisboa, Libânio da Silva. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, maio-junho 1934.

FRANCO, Anísio (2000): "VOC Antiguidades: Cama Imperial". *Arte Ibérica*, n.º 35, maio, p. 38-39.

FRANCO, Anísio (2015): *Histórias de Antiguidades*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.

LEIRIA & NASCIMENTO: *Catálogo dos móveis, quadros, pratos e diversos da coleção de arte do Exmo. Sr. Augusto de Athayde que guarneciam o palácio da Rua do Alecrim, 70 e que por mudança de residência serão vendidos nos nossos salões de venda no dia 20 de abril de 1963*, Lisboa, Leiria & Nascimento Lda.

NASCIMENTO, J. F. da Silva (1950): *Leitos e Camilhas Portugueses: subsídios para o seu estudo*, Lisboa, edição do autor.

MÂNTUA, Ana Anjos (2014): "As aquisições do Dr. Anastácio Gonçalves e o mercado de arte em Portugal de 1925 a 1965". *Museus palácios e mercados de arte*, Lisboa, Scribe.

MARANHAS, Teresa (2019): "A prata do serviço para Sintra". MONTESINOS, Fernando (coord.), *A Royal Lunch. A visita a Sintra da Rainha Alexandra*, Coleções em Foco | Palácios Nacionais | Sintra Queluz Pena, vol. 2, Sintra, PSML, p. 168-242. Disponível em: <https://www.parquesdesintra.pt>

PIMENTEL, António Filipe (2008): "Os pintores de D. João V e a invenção do retrato de corte". *Revista de História da Arte*, n.º 5, Lisboa, Instituto de História da Arte, FSCH-UNL, p. 132-151.

RAU, Virgínia / SILVA, Maria Fernanda Gomes da (1955): *Os manuscritos do arquivo da Casa Cadaval respeitantes ao Brasil*, vol. I, Coimbra, Universidade de Coimbra.

SALDANHA, Nuno (coord.) (1994): *Joanni V Magnifico. A pintura em Portugal ao tempo de D. João V (1706-1750)* [catálogo de exposição], Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico. Lisboa: Galeria de Pintura do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, de dezembro de 1994 a junho de 1995.

SANDÃO, Arthur de (1970): "Livros e coleções de arte", separata de *Notícias Editoriais*, Porto, Livraria Civilização.

SANTOS, Reynaldo dos (1953): *História da Arte em Portugal*, vol. III, Porto, Portucalense Editora.

SANTOS, Reynaldo dos / QUILHÓ, Irene (1959): *Ourivesaria portuguesa nas coleções particulares*, 2 vol., Lisboa, edição dos autores.

SILVA, Isabel Corrêa da / SEIXAS, Miguel Metello de (2009): *Belém: monografia histórica*, Lisboa, Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém.

SOTHEBY'S: *Robert de Balkany, Rue de Varenne, Paris. Evening sale*, Paris, Sotheby's, 20 de setembro de 2016. Disponível em <http://www.sothebys.com/en/auctions/2016/robert-de-balkany-rue-de-varenne-paris-pf1660.html>

STOOP, Anne de (1999): *Quintas e palácios nos arredores de Lisboa*, 4ª edição, Porto, Livraria Civilização.

TÁVORA, Bernardo Ferrão de Tavares e (1972): "A propósito duma 'cama imperial' dos Marqueses de Cadaval", separata da revista *Gil Vicente*, vol. XXIII, n.º 11-12.

TEIXEIRA, José de Monterroso / AFONSO, Simonetta Luz (coord.) (1993): *Triunfo do Barroco* [catálogo de exposição], Lisboa, Fundação das Descobertas. Lisboa: Centro Cultural de Belém, junho.

VERITAS: *Antiguidades e obras de arte, pratos e joias*, leilão n.º 32, Lisboa, Veritas Art Auctioneers, 24-25 de junho de 2014.